

O dia

COPOM DEVE MANTER JUROS, MAS REDUZIR COMPULSÓRIO



ECONOMIA - BRASIL

VICENTE NUNES
LAURO RUTKOWSKI
E MARCELO ONAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

A taxa de juros dificilmente será alterada hoje, durante a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom. Mas a cúpula do BC pode surpreender e reduzir a taxa do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, que desde fevereiro está em 60%. Essa medida, que estaria sendo estudada pelo Comitê desde ontem, foi avaliada como muito positiva por economistas ouvidos pelo **Correio**. Ela teria o efeito de aumentar o crédito disponível no mercado e, conseqüentemente, reduzir o custo das compras a prazo. “A atividade econômica está muito contida e esse afrouxamento traria maior normalidade. Ajudaria, por exemplo, a reativar o comércio de bens de consumo duráveis”, avalia o economista Marcelo Allain, vice-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Fernand Braudel.

Outro efeito positivo de uma possível redução no compulsório seria acalmar os críticos da política econômica, que reclamam da manutenção dos juros elevados.

O analista Carlos Camacho, sócio da Gap Asset Management, diz que o alívio no compulsório é uma “suave indicação” de que os juros vão cair na próxima reunião do Copom, em junho. “O relaxamento no compulsório tem um efeito semelhante ao da queda de juros, pois eleva um pouco a oferta de crédito e transmite uma sensação de que a situação vai melhorar em breve. Esse elemento psicológico é importante, especialmente em um momento em que a inflação começa a cair”, afirma.

Com a elevação, em fevereiro, de 45% para 60% do recolhimento compulsório, o BC tirou de circulação cerca de R\$ 8 bilhões da economia. Para se ter uma idéia, de cada R\$ 100 depositados à vista, R\$ 60 passaram a ficar retidos no BC, sem nenhuma remuneração. Até então, eram R\$ 45.

Camacho diz que o governo será obrigado a baixar os juros porque a manutenção da taxa em patamares muito altos começa a gerar desconfiança sobre a capa-

cidade de pagamento da dívida pública indexada à Selic.

Mesmo sendo avaliada como positiva pela maioria dos especialistas, a redução do compulsório não é consenso entre os analistas. O economista-chefe do BBV, Otávio de Barros, é um dos que não acreditam que o BC venha a injetar mais dinheiro na economia. “A princípio, o compulsório deveria ser reduzido junto com a taxa de juros. Liberar recursos do compulsório agora, em um momento de juros altos, é um estímulo para que os bancos comprem títulos do governo”, avalia. “Não há nenhuma garantia de que esse dinheiro vai para crédito.”, pondera.

“
ESSE AFROUXAMENTO NO COMPULSÓRIO TRARIA MAIOR NORMALIDADE À ECONOMIA. AJUDARIA, POR EXEMPLO, A REATIVAR O COMÉRCIO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS
”

Marcelo Allain, vice-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Fernand Braudel.

O economista Gustavo Alcântara, do Banco Prosper, vê com bons olhos a redução do compulsório. Mas diz que seu efeito é uma incógnita. “A redução do compulsório é uma medida posi-

tiva em tempos normais, mas, no atual momento, é difícil quantificar o real impacto sobre a oferta de crédito. O fato é que o nível de renda está muito baixo e os setores produtivos não estão demandando empréstimos de curto prazo”, alerta.

Queda

Com a queda registrada em dois importantes índices de inflação, ainda ouvia-se comentários sobre uma possível queda nas taxas de juros, apesar de a maior parte de analistas e da equipe econômica praticamente descartar a idéia. O economista-chefe do Banco Boreal, Elson Teles, é um dos que diz que ainda não chegou a hora de o Copom cortar os juros. A justificativa principal, segundo ele, é a resistência dos índices ao consumidor em baixar.

O Índice Geral de Preços 10 (IGP-10) da Fundação Getúlio Vargas ficou em 0,02%, o menor patamar desde 1999, puxado pela queda nos preços do atacado (deflação de 0,49%). Mas os preços no varejo, que afetam diretamente o consumidor, subiram 0,92%.

Pelas contas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe) caiu, encerrando a segunda quadrissemana em 0,3%, ou 0,1 ponto percentual a menos que na medição anterior. As previsões apontam para um IPC-Fipe de 0,2% no fechamento do mês.

Para o consultor José Luiz Rodrigues, sócio-diretor da JL Rodrigues e Consultores, o BC não deve mexer em nada neste mês, nem nos juros nem nas alíquotas dos depósitos compulsórios. No seu entender, o melhor que o Copom tem a fazer é ser conservador e pecar pelo excesso de zelo do que pela ousadia. “Depois de todas as grandes crises que passamos, não há porque nos arriscarmos em outra”, afirmou.

No fim do dia, circulou a informação de que o diretor de Política Econômica do BC, Ilan Goldfajn, saiu irritado da reunião do Copom aumentou as expectativas por uma queda nas taxas. Goldfajn é um dos maiores defensores da manutenção dos juros e sua irritação levantou a hipótese de o governo estar aceitando a pressão por queda na taxa.